

Durante décadas, os grandes incêndios rurais e florestais na Europa foram associados sobretudo ao espaço mediterrânico. Portugal, Espanha, Grécia, Itália e o sul de França habituaram-se a enfrentar verões caracterizados por temperaturas elevadas, períodos prolongados de seca e extensas áreas ardidas. Em contraste, o Reino Unido permaneceu no imaginário europeu como um território verde, húmido e relativamente protegido deste tipo de fenómeno. Contudo, os acontecimentos recentes obrigam a reconsiderar esta divisão aparentemente estável entre um sul vulnerável ao fogo e um norte climaticamente protegido. O aumento da ocorrência e da dimensão dos incêndios em território britânico, particularmente na Escócia, sugere que as fronteiras tradicionais do risco estão a modificar-se e que a Europa poderá estar perante uma nova geografia climática dos incêndios.

Esta transformação deve, porém, ser analisada com prudência. Não existe uma relação linear segundo a qual as alterações climáticas provoquem diretamente cada incêndio. O fogo resulta da interação entre múltiplos fatores, incluindo condições meteorológicas, disponibilidade e continuidade de combustível vegetal, características do território, gestão da paisagem, atividades humanas e capacidade de prevenção e resposta. As alterações climáticas não constituem, por si mesmas, uma fonte de ignição. Contudo, temperaturas mais elevadas, períodos prolongados sem precipitação e redução da humidade dos solos e da vegetação podem criar condições mais favoráveis à propagação do fogo. Assim, o problema não reside apenas no aparecimento de ignições, mas na possibilidade de estas encontrarem paisagens progressivamente mais suscetíveis a incêndios difíceis de controlar.

A realidade escocesa constitui um exemplo particularmente relevante desta transformação. De acordo com o Scottish Government (2026a), a Escócia enfrentou em 2025 uma época de incêndios rurais de particular gravidade, incluindo os incêndios de Carrbridge e Dava Moor, que afetaram extensas áreas de charneca, turfeira e floresta. Para além da área ardida e da intensidade das chamas, o fumo teve consequências nas comunidades próximas. Estes acontecimentos são significativos porque demonstram que os grandes incêndios deixaram de poder ser encarados como uma ameaça exclusivamente associada aos territórios mediterrânicos.

A resposta institucional escocesa reforça esta interpretação. O Scottish Government (2026b) reconhece que condições mais quentes e períodos secos prolongados podem favorecer a ignição e a propagação de incêndios em turfeiras, florestas e outras paisagens rurais. Neste contexto, foi desenvolvido um plano estratégico específico orientado para três dimensões

fundamentais: prevenção, preparação e resposta. O significado desta decisão ultrapassa a dimensão operacional. Quando um território historicamente menos associado aos grandes incêndios desenvolve uma estratégia específica para enfrentar este risco, verifica-se uma alteração na própria perceção institucional da vulnerabilidade. O incêndio deixa de ser entendido como um acontecimento excecional ao qual se responde pontualmente e passa a integrar o planeamento de longo prazo.

Esta mudança adquire ainda maior significado quando enquadrada no contexto europeu. O Joint Research Centre (JRC, 2026), através do European Forest Fire Information System, tem demonstrado a dimensão crescente do impacto dos incêndios no território europeu. A época de 2025 destacou-se pela enorme extensão de área ardida na União Europeia, atingindo particularmente países como Portugal e Espanha. Estes dados mostram que o Mediterrâneo continua a constituir uma região particularmente vulnerável. Contudo, a identificação de condições de perigo em zonas mais setentrionais da Europa demonstra que o risco já não pode ser pensado através de uma fronteira rígida entre um Sul que arde e um Norte protegido pelo seu clima.

É precisamente neste ponto que a experiência portuguesa adquire uma importância que ultrapassa as fronteiras nacionais. Portugal conhece profundamente as consequências humanas, ambientais, sociais e económicas dos grandes incêndios. O fogo não representa apenas a destruição da floresta. Pode provocar mortalidade e feridos, deslocar populações, destruir habitações e infraestruturas, degradar ecossistemas, afetar atividades económicas e exercer enorme pressão sobre bombeiros, proteção civil, autarquias e serviços de saúde. A experiência portuguesa demonstra também que uma política excessivamente concentrada no combate encontra limitações quando os incêndios se desenvolvem sob condições meteorológicas extremas.

O conhecimento acumulado no sul da Europa sobre gestão de combustíveis, vigilância, comunicação do risco, proteção das populações e articulação institucional pode, por isso, adquirir uma nova relevância internacional. Isto não significa assumir que os incêndios no Reino Unido reproduzirão exatamente o padrão mediterrânico. Os territórios, ecossistemas, tipos de vegetação, condições meteorológicas e estruturas de resposta são diferentes. Significa, antes, reconhecer que experiências anteriormente consideradas essencialmente regionais podem oferecer aprendizagens úteis a países confrontados com riscos emergentes.

Na Região Autónoma da Madeira, esta reflexão assume especial importância devido às características próprias de um território insular. A orografia acentuada, a proximidade entre espaços naturais e áreas habitadas, a dispersão de algumas populações e as limitações inerentes à rápida mobilização de determinados recursos externos tornam a preparação particularmente importante. Neste contexto, a resiliência não começa quando surge a primeira viatura de emergência. Começa muito antes, através do conhecimento do território, da gestão da vegetação, da vigilância, do planeamento de evacuações, da comunicação com a população e da identificação antecipada das pessoas mais vulneráveis.

Esta última dimensão permite compreender que os incêndios não constituem apenas um problema ambiental ou de proteção civil. São igualmente um problema de saúde pública. O fumo produzido pelos incêndios pode afetar a qualidade do ar muito para além das áreas diretamente alcançadas pelas chamas. O Scottish Government (2026a) assinala os efeitos produzidos pelo fumo dos incêndios nas comunidades próximas, recordando que as consequências de um incêndio não terminam na delimitação da área ardida. Pessoas idosas, crianças e cidadãos com determinadas doenças respiratórias ou cardiovasculares podem apresentar maior vulnerabilidade perante a combinação entre calor intenso, partículas resultantes da combustão e situações de deslocação ou evacuação.

Consequentemente, a adaptação ao risco de incêndio deve envolver mais do que as estruturas tradicionalmente responsáveis pela floresta e pela proteção civil. Serviços de saúde, cuidados de saúde primários, municípios e estruturas sociais devem integrar o planeamento preventivo. Saber antecipadamente onde se encontram pessoas isoladas, cidadãos com mobilidade reduzida ou indivíduos dependentes de determinados cuidados pode ser decisivo quando uma comunidade necessita de ser evacuada. Esta articulação demonstra que a adaptação climática é também uma questão de organização social: uma comunidade preparada não é apenas aquela que dispõe de meios para combater o fogo, mas aquela que conhece previamente as suas vulnerabilidades.

A tecnologia pode reforçar esta capacidade de antecipação. Imagens de satélite, sensores ambientais, drones, sistemas de informação geográfica e modelos de análise de dados podem contribuir para identificar condições de risco, apoiar a deteção precoce e melhorar a tomada de decisão. Ferramentas de inteligência artificial poderão igualmente auxiliar a análise de grandes quantidades de informação meteorológica e territorial. Contudo, a inovação tecnológica não substitui uma gestão adequada da paisagem. Um sistema

sofisticado pode identificar condições perigosas, mas não elimina combustível acumulado nem cria, por si só, comunidades preparadas para agir perante uma emergência. A tecnologia deve, portanto, complementar, e não substituir, a prevenção territorial.

Esta prioridade encontra-se igualmente presente na estratégia escocesa. O Scottish Government (2026b) coloca a prevenção, a preparação e a resposta no centro da abordagem aos incêndios rurais, envolvendo não apenas os serviços de emergência, mas também gestores do território, comunidades e outras entidades. Esta orientação traduz uma mudança essencial: combater eficazmente continuará a ser indispensável, mas impedir que uma pequena ignição evolua para um incêndio de grandes dimensões poderá tornar-se progressivamente mais importante.

Existe ainda uma dimensão ambiental que reforça a complexidade do problema. Os incêndios libertam carbono armazenado na vegetação e nos solos, sendo esta questão particularmente relevante em ecossistemas como as turfeiras, que constituem importantes reservatórios naturais de carbono. Pode, assim, estabelecer-se um ciclo preocupante: condições mais quentes e secas aumentam a suscetibilidade ao fogo; os incêndios libertam carbono armazenado; e estas emissões podem contribuir para intensificar as alterações climáticas que favorecem futuras condições de risco. O Scottish Government (2026a) reconhece a importância das emissões associadas aos incêndios para os objetivos de mitigação climática, demonstrando que a prevenção de incêndios e a política climática não devem ser tratadas como áreas independentes.

A Europa necessita, portanto, de ultrapassar uma visão geograficamente limitada do fogo. O Mediterrâneo continuará a apresentar características que o tornam particularmente vulnerável, mas os acontecimentos no Reino Unido mostram que outros territórios precisam de incorporar este risco nas suas estratégias de adaptação. É neste contexto que a experiência de Portugal e de regiões como a Madeira pode ser valorizada e partilhada, não como um modelo a reproduzir mecanicamente, mas como conhecimento acumulado sobre prevenção, resposta, comunicação e recuperação.

Quando o fogo chega ao Norte, isto não significa que tenham desaparecido as diferenças climáticas entre o Mediterrâneo e as Ilhas Britânicas. Significa algo mais relevante: as fronteiras tradicionais do risco estão a deslocar-se. A questão deixa, portanto, de ser apenas onde ocorrerá o próximo grande incêndio e passa a incluir a capacidade das sociedades para

reconhecer riscos emergentes antes de estes se transformarem em catástrofes.

Os acontecimentos recentes deixam, assim, uma advertência científica e política. O incêndio não deve ser pensado apenas quando as chamas ocupam as imagens dos noticiários. Deve ser estudado antes, prevenido antes e integrado antecipadamente nas políticas de ambiente, ordenamento do território, saúde e proteção civil. Se a nova geografia climática europeia está a tornar vulneráveis territórios que anteriormente se consideravam relativamente protegidos, a adaptação terá necessariamente de acompanhar essa transformação. Porque a verdadeira capacidade de resposta a um grande incêndio começa muito antes da primeira chama.

Referências Bibliográficas

Joint Research Centre. (2026). 2025 was EU's most destructive wildfire season on record. European Commission.

Joint Research Centre. (2026). Current wildfire situation in Europe. European Commission, European Forest Fire Information System.

Scottish Government. (2026a). Scottish National Adaptation Plan: Annual report 2025–2026. Scottish Government.

Scottish Government. (2026b). Wildfires: Strategic action plan. Scottish Government.

Scottish Government. (2026c). Strategic action plan on wildfires: Prevention, preparedness and response. Safer Communities Directorate & Environment and Forestry Directorate.